

## #EuAweisei: evidências de moralismo nas redes sociais *online* de viés progressista no Brasil<sup>1</sup>

Alex BLASI DE SOUZA<sup>2</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

### RESUMO

Num cenário de crescente polarização política e indisponibilidade ao diálogo entre pessoas de posicionamentos distintos, consideramos indispensável examinar possíveis aspectos problemáticos da comunicação também à esquerda do espectro político. A partir da análise de *tweets* sobre a reação à saída de Sergio Moro do governo Bolsonaro, inferimos que predomina um clima negativo em relação a qualquer eleitor de Bolsonaro que porventura se arrependa de sua escolha, com a presença notável de julgamentos morais. Consideramos que essa tendência ao moralismo demonstra uma predominância excessiva de capital social fortalecedor (*bonding*) no campo progressista, impedindo a (re)construção dos laços sociais que poderiam levar à superação da conjuntura atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** redes sociais digitais; campo progressista; ciberativismo; capital social; moralismo.

### Introdução

A polarização política no Brasil, que vem crescendo desde a conturbada eleição de 2018, está intimamente relacionada à expansão de movimentos identitários de orientações ideológicas diversas, que se expandem, se fortalecem e se opõem com participação inquestionável das mídias sociais *online* (BOSCO, 2017). Nesse cenário, grande parte dos estudos correntes na área da comunicação têm focado nas apropriações políticas das redes por parte da direita, especialmente no que diz respeito à proliferação de desinformação e aos inúmeros problemas endêmicos ao nosso atual governo. Este trabalho não pretende negar ou combater essa perspectiva, mas complementá-la, propondo uma reflexão sobre práticas comunicacionais correntes no campo progressista (citado aqui como sinônimo, na prática, da esquerda).

Nosso objetivo premente é expor e discutir evidências do que percebemos como uma tendência ao moralismo nas redes sociais *online* de viés progressista,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da FAMECOS-PUCRS, e-mail: [alexby Souza@gmail.com](mailto:alexby Souza@gmail.com).

---

problematizando a aparente predominância de capital social fortalecedor em relação a capital social conector nesses espaços (PUTNAM, 2002; RECUERO, 2009; BOSCO, 2017). Temos especial interesse nas consequências político-estratégicas dessa tendência, ou seja, nos seus possíveis efeitos sobre a manutenção dos movimentos progressistas e a consecução de seus objetivos. Nesse sentido, compartilhamos a preocupação de Lilla (2018) em relação à tendência divisora das políticas identitárias, especialmente no que tange à comunicação: para empreender transformações políticas, é preciso devotar alguma energia à conquista de votos, o que implica estabelecer novas conexões sociais.

Para ilustrar este fenômeno, nos valeremos da técnica de pesquisa documental, acompanhada da análise global e da análise de conteúdo (FLICK, 2006; BARDIN, 2009), examinando *tweets* publicados na semana seguinte à renúncia do então ministro da Justiça, Sergio Moro, em 24 de abril de 2020. Antes, no entanto, passaremos a uma revisão da literatura relevante, relacionando as particularidades das redes sociais *online* à dinâmica dos movimentos identitários que hoje integram o campo progressista brasileiro.

### **Redes sociais *online* como locais de produção e circulação de capital social**

Em sua essência, as redes sociais *online* são estruturas comunicacionais compostas por um número indefinido de possíveis atores, unidos uns aos outros por conexões mediadas por computador. Essas redes podem ser de proporções e grau de complexidade variáveis: “em *clusters* ou comunidades, por exemplo, a distribuição das conexões tende a ser mais igualitária” (RECUERO, p. 68-69), enquanto as mídias sociais contemporâneas tendem a apresentar determinados atores “altamente conectados (*hubs* ou conectores) e uma grande maioria de [atores] com poucas conexões” (RECUERO, 2009, p. 67). Embora sua escala comporte a coexistência de diversas redes menores com características próprias, as redes formadas em mídias sociais tendem a compartilhar determinadas características gerais que ajudam a compreender suas apropriações políticas.

Em primeiro lugar, essas mídias são um local privilegiado para a formação de redes *associativas*, ou *de filiação*, nas quais os atores se conectam não por interações mútuas, mas por interações reativas com efeito social. Como observado por Recuero (2009),

---

essas redes podem ser muito grandes, muito maiores do que redes sociais *off-line*, justamente porque manter os laços ali estabelecidos não tem custo para os atores. Enquanto essas conexões não forem deletadas, ali permanecem, independentemente de interação social e de investimento em capital social. (RECUERO, 2009, p. 98).

Ainda que a formação dessas redes não requer que os atores envolvidos se conheçam fora do ambiente digital, elas podem ser geradas a partir de redes *offline* anteriores, além de possibilitar o posterior desenvolvimento de laços sociais mais próximos entre seus membros. No contexto dos movimentos identitários, como veremos em seguida, o sentimento de *pertencimento* a uma rede de pessoas com a mesma identidade ou posicionamento político pode ter um efeito extremamente poderoso.

Em segundo lugar, a dinâmica das redes *online* também está intimamente relacionada ao conteúdo das conexões entre os atores, que pode variar de meras interações reativas, como “curtir” uma foto ou “seguir” um amigo, a interações mútuas, onde há conversação explícita (PRIMO, 2011). Em especial, é nas e pelas conexões que se faz presente o *capital social*, compreendido aqui como

um conjunto de recursos de um determinado grupo (recursos variados e dependentes de sua função, como afirma Coleman) que pode ser usufruído por todos os membros do grupo, ainda que individualmente, e que está baseado na reciprocidade (de acordo com Putnam). Ele está embutido nas relações sociais (como explica Bourdieu) e é determinado pelo conteúdo delas (RECUERO, 2009, p. 82).

Nessa linha, o capital social deve ser compreendido como uma categoria altamente heterogênea, abrangendo recursos de naturezas tão diversas quanto o conteúdo das relações sociais nas quais ele se faz presente. Dado o escopo deste estudo, nos concentraremos aqui na obra de Putnam (2000), que oferece aportes especialmente importantes em função de seu foco no papel do capital social na constituição de comunidades cívicas.

Para o autor, uma das distinções mais importantes a se fazer entre os tipos de capital social diz respeito à contraposição entre *bonding social capital* e *bridging social capital*. Essas categorias – traduzidas por Recuero (2009, p. 53) como capital social “conector” e “fortalecedor”, respectivamente – se diferenciam no sentido em que operam e em seu efeito sobre a constituição da rede. O capital social *conector* (ou *inclusivo*) diz respeito ao potencial da rede de agregar ou incluir participantes de recortes sociais que os

diferenciam, em alguma medida, dos participantes que já fazem parte da rede. O capital social *fortalecedor* (ou *exclusivo*), por outro lado, foca em robustecer as relações sociais no interior da rede, reforçando “identidades exclusivas e grupos homogêneos” (PUTNAM, 2000, p. 22, tradução nossa<sup>3</sup>) e estimulando a reciprocidade e a solidariedade entre seus participantes. Nesse sentido, “o capital social conector pode gerar identidades e reciprocidade mais amplas, enquanto o capital social fortalecedor reforça nosso eu mais estreito” (PUTNAM, 2000, p. 23, tradução nossa<sup>4</sup>).

Ainda que a diferença entre essas categorias seja marcante, é preciso ressaltar que elas frequentemente coexistem numa mesma rede, pelo menos na medida em que essa rede mantém algum grau de coesão interna (*fortalecimento*) e tende a se movimentar (*conexão*) ao longo do tempo. Nas palavras de Putnam (2000),

conexão e fortalecimento não são categorias mutuamente exclusivas nas quais as redes sociais podem ser perfeitamente divididas, mas dimensões aproximadas com base nas quais podemos comparar diferentes formas de capital social (PUTNAM, 2000, p. 23, tradução nossa<sup>5</sup>).

No entanto, a presença demasiada de um ou outro tipo de capital social pode levar a disfunções socialmente problemáticas, especialmente no caso do capital social fortalecedor, que, ao fomentar “forte lealdade entre os participantes do grupo, também pode criar forte antagonismo em relação a não-participantes” (PUTNAM, 2000, p. 23, tradução nossa<sup>6</sup>). Decorre disso a observação do autor em relação aos efeitos deletérios do capital social, como “sectarismo, etnocentrismo e corrupção” (PUTNAM, 2000, p. 22, tradução nossa<sup>7</sup>); no entanto, ele não se detém na análise desses efeitos, preferindo focar nos efeitos sociais positivos do capital social para as comunidades cívicas estadunidenses e o perigo associado ao seu declínio na segunda metade do século XX. Para examinar como essas questões se aplicam ao caso brasileiro, portanto, recorreremos a autores mais recentes e mais próximos da nossa realidade, como Machado e Miskolci (2019) e Bosco (2017).

---

<sup>3</sup> No original: “exclusive identities and homogeneous groups” (PUTNAM, 2000, p. 22).

<sup>4</sup> No original: “bridging social capital can generate broader identities and reciprocity, whereas bonding social capital bolsters our narrower selves” (PUTNAM, 2000, p. 23).

<sup>5</sup> No original: “bonding and bridging are not 'either-or' categories into which social networks can be neatly divided, but 'more or less' dimensions along which we can compare different forms of social capital” (PUTNAM, 2000, p. 22).

<sup>6</sup> No original: “by creating strong in-group loyalty, may also create strong out-group antagonism” (PUTNAM, 2000, p. 23).

<sup>7</sup> No original: “sectarianism, ethnocentrism, corruption” (PUTNAM, 2000, p. 22).

## **Ciberativismo, moral e identidade no Brasil contemporâneo**

Ainda que a internet tenha sido usada para fins de ativismo político no Brasil desde a década de 1990, Machado e Miskolci (2019) indicam que o estágio atual da polarização política *online* se desenvolveu a partir da popularização das mídias sociais, fenômeno possibilitado pela expansão de acesso à internet no país entre as décadas de 2000 e 2010. No contexto da ascensão da autocomunicação de massa, incluindo sua apropriação política na Primavera Árabe e em outras manifestações populares ao redor do mundo (CASTELLS, 2015), encontrou-se na internet e nas redes sociais *online* uma potente oportunidade de fomentar laços de revolta e resistência em populações historicamente marginalizadas. Essa tendência começou a despontar no Brasil no início da década de 2010, com a convocação de protestos como a Marcha das Vadias, em 2011, mas “foi só em 2013, com as chamadas Jornadas de Junho, que o uso político das redes sociais comerciais alcançou impacto em toda a sociedade” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 950). Para Bosco (2017, p. 69), os protestos “contribuíram decisivamente para consolidar as redes sociais digitais como um novo espaço público,” marcado por características como

democratização do acesso à fala pública; relativização da produção da realidade feita pelas corporações de mídia; autoedição de informações do mundo inteiro; facilitação da auto-organização de movimentos sociais; tensionamento da política institucional, tentando abrir-lhe brechas; e (...) *mobilização da sociedade para lutas de reconhecimento*, que em âmbito digital são disputadas por corações e mentes, mais do que tentativas de transformação institucional limitada (BOSCO, 2017, p. 69-70, grifos nossos).

No entanto, a nova realidade da sociedade política brasileira também trouxe problemas significativos. Machado e Miskolci (2019), buscando explicar o recrudescimento das cruzadas morais empreendidas pela direita brasileira desde 2013, apontam que há uma íntima relação entre os aspectos técnicos das novas tecnologias de comunicação, as tendências sociais e psicológicas de seus usuários, e a constituição de um cenário em que a política vem sendo “privatizada” e inserida em uma “nova gramática de disputas, mais conflitiva e moralista” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 950).

Em sua análise, o acesso individual às redes sociais digitais e a utilização cada vez mais personalizada dessas tecnologias (muito em função do poder dos algoritmos e da formação de *filter bubbles*, mas também de mecanismos de modulação voluntária das

relações sociais, como a seleção ou bloqueio manual de contatos) acabam por extrapolar a tendência à homofilia nas redes sociais *online*, tornando-as cada vez mais homogêneas e avessas ao conflito (ou seja, com predominância de capital social fortalecedor). Além disso, a impessoalidade nas relações entre os usuários (ainda que mais diretas) e a natureza cada vez mais competitiva das mídias sociais, onde usuários são incentivados a conquistar popularidade e reconhecimento por meio de curtidas, compartilhamentos e seguidores (RECUERO, 2009), estimulam a formação de consensos polarizados, já que “comportamentos e opiniões que não seriam tolerados em relações face a face passam a se expressar gerando apoios e rejeições” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 954). Em resumo, os usuários passam a “viver dentro de uma ‘bolha de opinião’ que reforça suas convicções e amplia suas divergências em relação a outras não apenas no que se refere a temas macropolíticos, mas sobretudo comportamentais” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 954). Nesse contexto, “pautas coletivas ganham mais apoio quanto mais se traduzem em um repertório moral” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 954), ensejando a ascensão de discursos que trasladam a luta política a questões da vida privada.

Enquanto Machado e Miskolci (2019) focam suas atenções na cruzada moral empreendida pela direita (especialmente no que diz respeito à demonização da palavra *político* e à pretensão antipartidária e antissistema dos movimentos de direita que cresceram a partir de 2013), preferimos acompanhar Bosco (2017) na preocupação com tendências análogas à esquerda,<sup>8</sup> sobretudo aquelas relacionadas à interação entre as redes sociais *online* e movimentos identitários predados na luta por reconhecimento. Em função da polarização crescente da política brasileira, entendemos que o campo progressista vem sendo marcado pela lógica dos movimentos identitários que se agruparam à esquerda do espectro político, razão pela qual se faz necessário abordar a relação entre as chamadas *políticas identitárias* e a dinâmica das redes sociais.

A expressão *movimentos identitários* se refere a uma ampla diversidade de grupos minoritários que, frente a séculos de marginalização social e invisibilização no processo político, passaram a reivindicar o *reconhecimento de sua diferença* como o caminho para

---

<sup>8</sup> Ainda que o foco deste trabalho recaia sobre exatamente o impacto dessas tendências, à *esquerda* do campo político, é importante ressaltar que elas não podem ser dissociadas dos fenômenos preocupantes verificados à direita: se, como veremos, as redes sociais progressistas são marcadas por capital social fortalecedor, é provável que o ambiente de polarização e medo criado pela ascensão da extrema-direita tenha contribuído diretamente para isso. Afinal, num contexto em que opositores políticos são genericamente tachados de *petralhada* e ameaçados de fuzilamento pelo eventual presidente da República (RIBEIRO, 2018), é natural supor que relações sociais mais próximas, seguras e consonantes entre membros de comunidades minoritárias tenham um apelo significativo.

---

políticas públicas mais progressistas (entre os exemplos mais evidentes, os movimentos negro, feminista e LGBT+). Nas palavras de Bosco (2017),

esse reconhecimento de si mesmo é o que os movimentos sociais identitários procuram proporcionar aos indivíduos de seu grupo por meio de *redes identitárias de reconhecimento*, que, estruturadas em organizações representativas, fortalecendo assim os indivíduos, lutam para melhorar as condições de reconhecimento social do grupo e, por meio dessa mudança de mentalidade, traduzi-la em conquistas de direitos, em âmbito propriamente jurídico, legal. (BOSCO, 2017, p. 77, grifos nossos).

Assim, para além da tensão preexistente entre minorias historicamente marginalizadas e um sistema político pouco afeito a mudanças, parece haver uma “relação consubstancial entre a natureza das lutas identitárias e a natureza do novo espaço público,” na medida em que ambas “operam no campo do reconhecimento” (BOSCO, 2017, p. 71). Afinal, as redes sociais *online* são espaços ostensivamente mais democráticos que o espaço público tradicional, onde pessoas excluídas de processos deliberativos tradicionais podem se fazer ouvir e se conectar a correligionários com interferência reduzida de *gatekeepers*. Crucialmente, esse processo é potencializado pela ação de algoritmos, que tendem a amplificar a tendência humana à homofilia e contribuir para a formação de *filter bubbles*, nos quais o capital social fortalecedor cumpre papel essencial. Por fim, “deve-se observar que as redes digitais são colossais espaços públicos, instâncias capazes de alta concentração do olhar, isto é, de difundir uma imagem, uma ideia, para milhões de pessoas” (BOSCO, 2017, p. 78), capacidade compartilhada com os meios de comunicação em massa, mas sem seus filtros ou mecanismos de controle.

Se o novo espaço público brasileiro é terreno fértil para movimentos sociais de cunho identitário, o capital social que circula nesse espaço também guarda uma relação íntima com as políticas identitárias progressistas. Para Bosco (2017, p. 21), “a história das lutas identitárias, no Brasil e fora dele, conhece diversos episódios de *bridging* como de *bonding*.” Na seara da luta antirracista, por exemplo, se destacariam os movimentos que culminaram na abolição da escravidão, no Brasil, e na conquista de direitos civis, nos Estados Unidos (ambos exemplos de *bridging*), assim como a perspectiva racialista levada ao *mainstream* brasileiro pelos Racionais MC’s (exemplo típico de *bonding*). Ainda que ambas as estratégias tenham benefícios interessantes, como assinalado por Putnam (2000), o autor avalia que,



---

no momento, a balança vem pendendo muito para o lado da formação de laços grupais com uma forte dose de dogmatismo, com as consequências de hostilidade com os ‘de fora’ (mesmo os que em boa medida defendem os pleitos do grupo) e de maior dificuldade para avançar agendas concretas. (BOSCO, 2017, p. 24).

Parecem haver fortes indícios de que a predominância de capital fortalecedor nas redes sociais *online* progressistas vem tendo efeitos questionáveis, para dizer o mínimo. Para Bosco (2017), o novo espaço público brasileiro realmente é mais democrático do que o antigo em função da ascensão da autocomunicação de massa (CASTELLS, 2015); contudo, ao eliminar “os traços de impessoalidade e do filtro de qualidade argumentativa” associados (ainda que pretensamente) ao *gatekeeping* dos meios de comunicação de massa, “ele tem se revelado mais polarizado, dogmático e violento do que o espaço público tradicional” (BOSCO, 2017, p. 70). Em especial, a “copresença imaginária dos participantes” em redes *online* propicia a eclosão de “comportamentos grupais violentos e covardes: as ‘lacrações’, os *public shamings*, os escrachos digitais, os linchamentos” (BOSCO, 2017, p. 71). A seguir, examinaremos as possíveis implicações político-estratégicas dessa dinâmica, partindo de evidências documentais encontradas nas próprias redes sociais *online* de viés progressista.

### **#EuAwisei: catarse compartilhada e moralização do outro no Twitter**

Embora sejam muitos os memes, postagens e *hashtags* capazes de ilustrar a tendência moralista da comunicação progressista em rede, o escopo deste trabalho exige o foco num recorte limitado. Nesse sentido, circunscrevemos nossa investigação a mensagens postadas após um único acontecimento, que oferece uma oportunidade especialmente interessante de examinar a proliferação de discursos morais: a renúncia do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, em 24 de abril de 2020.

Moro atingiu notoriedade nacional como juiz responsável pela primeira instância da Operação Lava Jato, que teve relação direta com a derrubada da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e por ordenar a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018. Ao longo dos últimos cinco anos, o magistrado posicionou-se como um paladino da moral e da justiça cujo único objetivo era combater a corrupção endêmica ao país, uma narrativa que atraiu atenção da mídia brasileira e internacional e lhe conquistou uma legião de fãs. Em 1º de novembro de 2018, contrariando declarações anteriores e



ignorando questionamentos éticos, Moro aceitou o convite do presidente-eleito Jair Bolsonaro para assumir o então Ministério da Justiça, abandonando sua carreira no Judiciário para emprestar o peso de sua reputação ao novo governo. No entanto, o ministro passou a sofrer “diversas derrotas, como a transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a pasta de Economia e o fatiamento de seu maior projeto, o pacote anticrime” (NEHER; SCHOSSLER, 2020, s/ p.), além de sofrer algum desgaste por ignorar escândalos envolvendo o governo e a família do presidente.

Em abril de 2020, já em meio à crise sanitária e econômica decorrente da pandemia do coronavírus, Moro convocou uma coletiva de imprensa para anunciar sua saída do governo. O motivo: supostas interferências de Bolsonaro na condução de suas atividades, incluindo a traição de uma promessa de carta branca na nomeação de assessores. Em especial, o ministro destacou que a recente exoneração do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Leite Valeixo, se deu em função dos interesses políticos de Bolsonaro, e não de considerações técnicas que Moro disse priorizar (G1, 2020).

A reação à saída de Moro foi tremenda; nas mídias tradicionais e nas sociais, destacava-se o fato de que um dos ministros mais célebres de Bolsonaro – e, crucialmente, a face de sua suposta cruzada anticorrupção – havia abandonado o governo. Os apoiadores de Bolsonaro se dividiram: enquanto alguns se mantiveram ao lado do presidente, outros declaravam não o apoiar mais, demonstrando maior confiança em Moro. Na plataforma *online* Twitter, *hashtags* populares como #TchauQuerido e #ForaBolsonaro pediam a renúncia do presidente, vendo na partida de Moro a perda de parcela significativa do apoio ao governo. Nesse contexto, nos interessa examinar o conteúdo de mensagens que se difundiram nas redes *online* progressistas em resposta ao anúncio de Moro – ou, para ser mais exato, em resposta à *reação* ao anúncio de Moro. Especificamente, nosso objetivo é investigar o tom utilizado por progressistas – definidas aqui, genericamente, como pessoas que se posicionam no polo político oposto ao atual governo – ao se referirem aos eleitores de Bolsonaro que passaram a repudiá-lo após a renúncia de Moro.

Em função das características técnicas do Twitter – facilidade de filtragem de mensagens, velocidade na produção e disseminação de conteúdo, mensagens relativamente curtas, utilização de *hashtags* – escolhemos conduzir nossa pesquisa nessa plataforma, examinando as mensagens publicadas na semana posterior à renúncia de Moro (de 24 de abril de 2020 a 1º de maio de 2020) com a *hashtag* #EuAvisei. A partir

dessa busca inicial, pudemos identificar os *top tweets* do período, ou *tweets* considerados mais relevantes pela plataforma de acordo com seus níveis de engajamento, entre outros fatores. A seguir, em função de nosso interesse em como se dão as trocas entre os integrantes da rede, escolhemos focar nas conversações suscitadas a partir de um único *tweet*, o de maior engajamento no período estudado.

O *top tweet* do período investigado é de @JuhBatist13, uma pessoa privada que conta atualmente com menos de 11 mil seguidores na plataforma. No dia seguinte à renúncia de Moro, ela compartilhou um vídeo em que um homem removia adesivos pró-Bolsonaro de seu carro enquanto reclamava sobre o comportamento do presidente, afirmando estar do lado de Moro. Na mesma mensagem (Figura 1), @JuhBatist13 tece suas próprias considerações sobre o conteúdo do vídeo.

**Figura 1** – *Tweet* original



Juh Ferreira  
@JuhBatist13

Gadooooooooooooooooo... A gente avisou!  
Não há Ética, não há lealdade, não há Princípios de respeito a Vida e nem a Constituição!!!  
Ruminem o nosso #EuAvissei e toma vergonha na cara.  
E, Moro é da mesma laia que o Capetão... Que se comam!  
[#ForaBolsonaro](#)

Fonte: Twitter

É impressionante a quantidade de avaliações morais que se pode depreender de uma mensagem tão curta: a autora execra Bolsonaro (associando-o ao Diabo e ao nazismo), Moro (considerando-o semelhante a Bolsonaro) e, crucialmente, os eleitores de Bolsonaro (chamando mesmo os arrependidos, que são objeto do vídeo, pelo popular epíteto *gado*). Nesse sentido, interpretamos o tom predominante do *tweet* como *comemorativo*, mas com um teor *vingativo*; a autora atribui ao *bolsominion arrependido* vergonha (“toma vergonha na cara”), culpa (“a gente avisou!”) e uma mentalidade de rebanho desumanizada (“gado”). É evidente a percepção de que o voto em 2018, como a marca de Caim, identifica o eleitor de Bolsonaro como um *outro* desumanizado.

O *tweet* de @JuhBatist13 recebeu 2,3 mil curtidas (*likes*), 674 republicações sem comentários (*retweets*), 129 republicações com comentários (*quote tweets*), e 288 respostas (*replies*). Das 417 mensagens publicadas diretamente em resposta à publicação de @juhbatist13 (entre republicações com comentários e respostas), pudemos acessar 317

(109 republicações com comentários e 208 respostas),<sup>9</sup> que foram publicadas em 297 contas distintas. Para analisar esse *corpus*, recorreremos à análise global (FLICK, 2006) e à análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

Em primeiro lugar, utilizamos a análise global para obter uma “visão geral do alcance temático do texto a ser analisado” (FLICK, 2008, p. 294), identificando “os conceitos ou os enunciados centrais” (FLICK, 2008, p. 294). Em seguida, passamos à análise de conteúdo, utilizando os aportes identificados na análise global para delimitar categorias teóricas, identificar e interpretar a recorrência dessas categorias no material colhido, e formular inferências indutivas a seu respeito (BARDIN, 2009). A seguir, colacionamos e descrevemos os resultados desse processo.

#### Quadro 1 – Resultados da análise

<i>Tom predominante</i>	<i>Teor</i>	<i>Recorrência</i>	<i>%</i>
Negativo (capital social fortalecedor)	Ridicularizante	60	18,93%
	Insultante	62	19,56%
	Comemorativo vingativo	83	26,18%
	Imprecativo	18	5,68%
Positivo (capital social conector)	Comemorativo compassivo	16	5,05%
	Identificação	2	0,63%
Neutro/Indefinido/Outros		76	23,97%
Total		317	100%

Fonte: desenvolvido pelo autor.

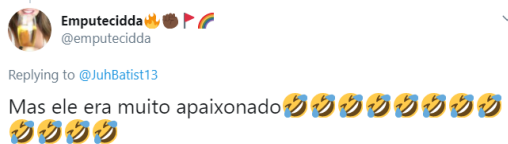
No nível mais superficial, há uma clara predominância (70,35%) de mensagens *negativas* em relação à atitude retratada no vídeo, ou seja, o abandono de apoio ao presidente por parte de um de seus antigos apoiadores. Na medida em que se estabelece um repúdio por pessoas externas ao grupo, consideramos que prevalece nessas mensagens o capital social fortalecedor (PUTNAM, 2002). Por meio da interpretação do teor predominante de cada mensagem, pudemos verificar quatro variações nessas mensagens.

Em primeiro lugar, as mensagens negativas de teor *ridicularizante* (18,93%) essencialmente veem *graça* no arrependimento expresso no vídeo. O conteúdo desses

<sup>9</sup> A discrepância provavelmente se deu em função da inacessibilidade de tweets deletados, indisponíveis ou publicados em contas privadas.

*tweets* varia de emoticons expressando risos a piadas mais leves (Figura 2). Em segundo lugar, as mensagens negativas de teor *insultante* (19,56%) elevam o tom de deboche para *ofensas explícitas*, rotulando bolsonaristas arrependidos como *cornos*, *trouxas* ou *jegues* ou enfatizando que o rótulo *gado* permanece aplicável a eles (Figura 3).

**Figura 2 – Tweet ridicularizante**



Fonte: Twitter

**Figura 3 – Tweet insultante**



Fonte: Twitter

Em terceiro lugar, as mensagens de teor *comemorativo vingativo*, que constituem a categoria mais recorrente de mensagens negativas (26,18%), focam na *comemoração do aparente sofrimento do bolsominion arrependido*, entendendo-o como *justo e merecido* (Figuras 4 e 5). Muitos desses *tweets* deixam entrever a percepção de que quem votou em Bolsonaro está (e, em alguns casos, sempre estará) *moralmente abaixo* de quem não votou. O teor dessas mensagens se assemelha ao do *tweet* original de @JuhBatist13; além disso, enquadramos nesta categoria todos os *tweets* que expressam concordância com o *tweet* original, sem oferecer um comentário adicional.

**Figura 4 – Tweet comemorativo vingativo**



**Figura 5 – Tweet comemorativo vingativo**



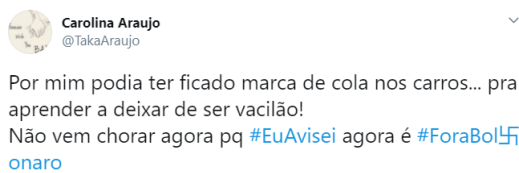
Mimizento do caramba  
Chupa que essa manga é sua.

Fonte: Twitter

Fonte: Twitter

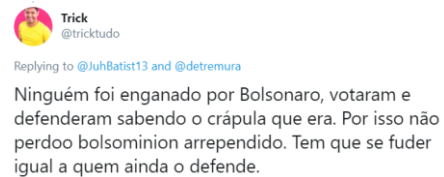
Finalmente, as mensagens negativas de teor *imprecativo* (5,68%) são aquelas que, para além de comemorar o sofrimento do *bolsominion arrependido*, *desejam que ele continue e seja amplificado*. Essas mensagens variam de desejos de dano material (Figura 6) a uma condenação generalizada e incondicional (Figura 7).

**Figura 6** – *Tweet* imprecativo



Fonte: Twitter

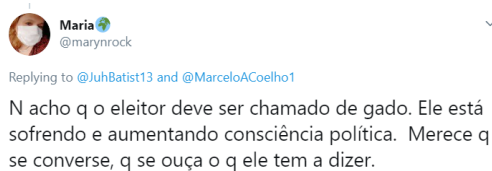
**Figura 7** – *Tweet* imprecativo



Fonte: Twitter

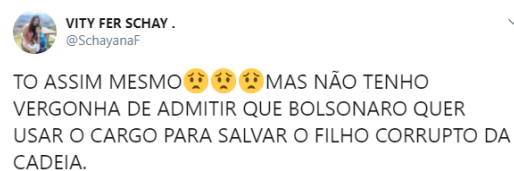
Das 317 mensagens analisadas, menos de 6% explicitam uma reação positiva ao vídeo, ou seja, uma ênfase em capital social fortalecedor (PUTNAM, 2002). São muito raras as demonstrações de compaixão com a frustração alheia (Figura 8) ou as sugestões de que os bolsonaristas arrependidos poderiam vir a integrar o campo progressista (ou, pelo menos, deixar a radicalização). É digno de nota que duas mensagens foram publicadas por pessoas que se identificavam como bolsonaristas arrependidas (Figura 9) – e é igualmente digno de nota que nenhuma dessas mensagens deu início a qualquer conversação sobre o assunto.

**Figura 8** – *Tweet* indicando compaixão



Fonte: Twitter

**Figura 9** – *Tweet* indicando identificação



Fonte: Twitter

Finalmente, 23,97% das mensagens foram consideradas neutras, de teor indefinido ou pertinentes a assuntos irrelevantes a esta investigação, incluindo manifestações antigovernistas que não comentavam sobre o vídeo ou o *tweet* de @JuhBatist13.

## Considerações finais

A análise dos *tweets* sugere que, pelo menos até certo ponto, o moralismo é uma tendência recorrente nas redes sociais *online* de viés progressista no Brasil. A vasta maioria das mensagens analisadas expressam algum sentimento negativo em relação aos chamados *bolsominions arrependidos*, que varia da ridicularização à impreciação. Concomitantemente, e de modo diretamente relacionado a essa execração do outro, as mensagens tendem a enfatizar a superioridade moral de seus autores, estabelecendo uma rigorosa distinção entre *nós*, que tivemos a presciência e a sabedoria de não votar em Bolsonaro, e *os outros*, que são indignos de reabilitação e jamais podem ser perdoados por uma escolha que fizeram há quase dois anos. Esse cenário parece ilustrar bem o diagnóstico de Bosco (2017) em relação à predominância excessiva de capital social fortalecedor no campo progressista, além das considerações de Machado e Miskolci (2019) sobre os efeitos prejudiciais das redes sociais *online* para a polarização política no Brasil. Numa rede associativa como o Twitter, a formação de bolhas de opinião se dá não só à direita, mas também à esquerda, como a total ausência de debate (no sentido de diálogo entre perspectivas distintas) em relação ao *tweet* e ao vídeo publicados por @JuhBatist13. A quase totalidade dos *tweets* analisados apenas replicam o mesmo sentimento, reforçando a identidade do grupo e demonstrando descrença na possibilidade de desenvolver laços com os *outros* externos a ele.

Ainda que laços de solidariedade e catarse compartilhada *in-group* sejam fundamentais para a manutenção da saúde emocional das pessoas progressistas (especialmente no atual cenário do país), estamos convictos de que construir um futuro viável para o Brasil depende da construção de capital social conector, fazendo referência ao manifesto de Lilla (2018) sobre a necessidade de voltar a lutar por corações e mentes. Para tanto, será necessário transcender “nossas identidades sociais, políticas e profissionais para nos conectarmos com pessoas diferentes de nós” (PUTNAM, 2000, p. 411, tradução nossa<sup>10</sup>) – um esforço que, julgando pela forma como se comunica em rede, a esquerda parece ter se abdicado de fazer.

---

<sup>10</sup> No original: “requires that we transcend our social and political and professional identities to connect with people unlike ourselves” (PUTNAM, 2000, p. 411).

---

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo, Todavia: 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Penso, 2008.

G1. Veja e leia a íntegra do pronunciamento em que Moro anunciou saída do governo. **G1**, 24 de abril de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/veja-e-leia-a-integra-do-pronunciamento-em-que-moro-anunciou-saida-do-governo.ghtml>.

LILLA, Mark. **O progressista de hoje e o do amanhã:** desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização da política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3, setembro-dezembro de 2019, p. 945-970.

NEHER, Clarissa; SCHOSSLER, Alexandre. Moro renuncia e ataca Bolsonaro. **DW**, 24 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/moro-renuncia-e-ataca-bolsonaro/a-53226815>

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador:** comunicação, cibercultura, cognição. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone:** The Collapse and Revival of American Community. Nova York: Simon & Schuster, 2000.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Janaína. “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. **Exame**, 3 de setembro de 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>.